

Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.864 - DF (2007/0171482-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
EXECUTADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO
INTERES. : ANTÔNIO SILVANO ALENCAR DE ALMEIDA
INTERES. : BENEDITO DE SOUSA ALMEIDA
INTERES. : CLEBER FERREIRA NUNES LEITE
INTERES. : FRANCISCO GUIMARÃES COSTA
INTERES. : FRED WILLIMANS COUTINHO MELO
INTERES. : GADAFY DE MATOS ZEIDAM
INTERES. : GRAZIELA COSTA E CASTRO RIBEIRO
INTERES. : GUILHERMANO PIRES FERREIRA CORREA
INTERES. : HELENIZA DA SILVA CAETANO
INTERES. : JOICE DE FARIAS VIANA NUNES
INTERES. : JOSÉ CARLOS FORTES CASTELO BRANCO FILHO
INTERES. : LEANDRA COSTA AGUIAR PARAGUASSU DE SÁ
INTERES. : LOURIVAL DE MELO LOBO
INTERES. : LUIZA AMÉLIA ALMEIDA TEIXEIRA VILARINHO
INTERES. : REGINALDO DE ARAÚJO E SILVA JÚNIOR
INTERES. : RICARDO ARAÚJO COZER
INTERES. : ROBERTO JOSÉ FERREIRA LEÃO
INTERES. : ROGÉRIA CRISTINA MIRANDA RIOS
INTERES. : RUBEM TEIXEIRA DO MONTE
INTERES. : TÚLIO TEOTÔNIO DE MELO PEREIRA
INTERES. : VALDIR MARINHO PONTES
INTERES. : VALÉRIA CHRISTINA FRIED
INTERES. : VITÓRIA ELIZABETH CAVALCANTI BORGES

DECISÃO

Transitado em julgado os embargos à execução, a Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU) apresentou informações e planilhas com os valores devidos aos substituídos, elaboradas com base nos parâmetros fixados naqueles autos, havendo coisa julgada quanto ao valor inicial da execução.

Portanto, à exceção de eventual erro material e de matérias cognoscíveis de ofício e do índice de correção monetária, que será abordado mais adiante, nada mais a discutir acerca dos critérios empregados nos referidos cálculos.

Superior Tribunal de Justiça

Considerando que a conta apresentada pela CEJU se trata de mera atualização do cálculo reconhecido como válido no julgamento dos embargos à execução, não é necessário abrir vista prévia às partes.

Diante do exposto, determino a expedição das requisições de pagamento relativamente àqueles que estiverem em situação regular, com destaque dos honorários advocatícios, se for o caso, e com valores devidamente atualizados até o efetivo pagamento.

Por cautela, ressalto que, diante da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal conferindo efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos no bojo do RE n. 870.947/SE, publicada no DJe de 26/9/2018, a expedição das requisições de pagamento deve ser feita com base no cálculo elaborado pela TR, ficando ressalvada a possibilidade de expedição de precatório/RPV complementar para requisição dos valores relativos à diferença entre os índices TR e IPCA-E quando transitar em julgado o referido *decisum*, observando eventuais modificações.

Outrossim, fica autorizada, desde já, a expedição de requisições de pagamento de valor complementar, nos termos acima expostos.

Ademais, esclareço que nos valores requisitados deverão ser computados juros de mora até a data da expedição das requisições, nos termos do que ficou decidido pelo STF no julgamento do RE n. 579.431/RS, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema n. 96, fixou a tese de que *incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório*.

Intime-se a exequente para esclarecer a divergência de nome em relação a VALÉRIA CHRISTINA FRIED.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção